

APRM

MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO PELOS PARES



República das Maurícias



RELATÓRIO DE REVISÃO DO PAÍS NO. 13

Julho 2010



MECANISMO AFRICANO DE
REVISÃO PELOS PARES

1. BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA

- 1.1. As Maurícias, durante séculos era uma ilha desconhecida e desabitada. Alguns marinheiros árabes visitaram a ilha durante a Idade Média. Cerca de 1500, a ilha foi identificada nos mapas como 'Dina Arobi'. O primeiro europeu conhecido por ter visitado Maurícias foi Domingo Fernandes Pereira, um marinheiro Português, que desembarcou na ilha em cerca de 1511. Os primeiros mapas Portugueses chamavam à ilha "Cirne". Os franceses chegaram à ilha e governaram directamente as Maurícias entre 1767 e 1810, com excepção de um breve período de autogoverno na época da Revolução Francesa.
- 1.2. Mais tarde, os Britânicos governaram as Maurícias desde 1810-1968, durante o qual, rapidamente introduziram mudanças sociais e económicas e até mesmo a abolição do comércio de escravos. Um pequeno número de comerciantes chineses também se mudou para Maurícia durante este período. A população das Maurícias de ascendência Africana, incluindo Madagáscar, é muitas vezes referida como a "população Crioula" ou como "Crioulos". Os antepassados dos Crioulos Mauricianos eram escravos trazidos ao acaso para Maurícias a partir de diferentes partes da África. As Maurícias aprovaram uma nova constituição a 12 de Março de 1968. No mesmo dia foi proclamada, a independência do país da Grã-Bretanha.
- 1.3. As Maurícias assinaram o Memorando de Entendimento (MoU) para a adesão ao MAAP em 09 de Março de 2003. O país foi revisado na 13ª Cúpula do Comité de Chefes de Estado e de Governo participantes no Mecanismo Africano de Revisão de Pares [Fórum AAP] em 24 de Julho de 2010, em Kampala, Uganda.
- 1.4. A actual economia Mauriciano e o ambiente político são fortes. No entanto, o país ainda enfrenta uma série de desafios. Eles incluem o seguinte:
 - Grande parte dos alimentos e da energia que o país utiliza é importado. Recente inflação de alimentos e energia nos mercados mundiais, foram a consequência dum resultado de efeito negativo para as Maurícias.
 - A economia está concentrada nas mãos de uma minoria de grupos. Descendentes de colonos Franceses ainda controlam grande parte da economia, apesar de uma recente iniciativa tomada pelo governo para "democratizar a economia".
 - Não há uma verdadeira concorrência em muitos sectores de actividade, embora o governo tenha recentemente criado uma comissão de concorrência para melhor controlar as práticas anti competitivas.
 - A comunidade Crioula é sub-representada entre as elites políticas e económicas das Maurícias.

2. CONSTATAÇÕES EM QUATRO ÁREAS TEMÁTICAS DO APRM

2.1 GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E POLÍTICA

- 2.1.1 As Maurícias tem, assinados e/ou ratificados, mais de 30 padrões e códigos internacionais e cerca de 20 instrumentos regionais. As Normas Internacionais da Carta das Nações Unidas (ONU) (à qual aderiram em 1968); A Declaração Universal dos Direitos Humanos (adoptada e proclamada a 10 de Dezembro 1948); o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) (aderido a 12 de

- Dezembro 1973); e no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (concedido a 12 de Dezembro 1973).
- 2.1.2 Os instrumentos regionais assinados ou ratificados incluem o Acto Constitutivo da União Africana (ratificado em Abril de 2001); Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1990) (ratificada em Junho de 2002a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate à Corrupção (assinada em 6 de Julho de 2004); e a Declaração de Durban sobre os Princípios que regem as eleições democráticas em África (2002), adoptada pela Cimeira da UA em Julho de 2002.
- 2.1.3 No entanto, muitos dos padrões e códigos assinados estão ainda a ser nacionalizados. Por exemplo, Maurícias ainda não ratificou a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção. É evidente que é necessário que as Maurícias ratifiquem nacionalizem o mais rapidamente, as várias convenções.
- 2.1.4 Em matéria de conflitos, os Mauricianos vêm de diversas origens étnicas e religiosas. A diversidade populacional das Maurícias é tanto uma oportunidade como um desafio. Mauritius has, so far, managed it carefully to ensure democracy, political stability and good governance. As Maurícias têm-no feito utilizando várias ferramentas. No entanto, o país precisa de abordar a percepção de que a população crioula é marginalizada. Eles incluem o facto de que a maioria dos crioulos vivem na pobreza absoluta e na mal desenvolvida ilha Rodrigues, em comparação com a ilha principal, e que o governo Mauriciano não faz o suficiente para implementar as necessárias mudanças. Quanto à ameaça externa, as Maurícias, desde a sua independência, nunca estiveram em conflito com qualquer um de seus vizinhos. No entanto, isso não deve levar à complacência. O potencial de conflito está sempre presente.
- 2.1.5 Acerca da democracia constitucional, os Mauricianos estabeleceram com sucesso sólidos credenciais democráticas, tanto no continente Africano como globalmente. É uma democracia parlamentar multipartidária concebida após que a da Grã-Bretanha. Já realizou nove eleições gerais desde 1968. Uma suave transferência de poder a seguir a cada eleição. No entanto, duas questões devem ser abordadas com urgência: financiamento dos partidos políticos e do tipo de sistema eleitoral. A Polícia Mauricana (MPF) também deve cumprir a lei de forma justa, prevenir o crime e proteger a comunidade com integridade e bom senso.
- 2.1.6 No que diz respeito à promoção de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, as Maurícias aderiram ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em 1973. O país estabeleceu instituições responsáveis pela garantia dos direitos dos cidadãos. Estes incluem a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH, que tem uma Divisão de Controle de Discriminação Sexual), o Gabinete do Provedor de Justiça, o Gabinete do Provedor da Criança, a Comissão de Verdade e Justiça, e do Centro de Direitos Humanos. No entanto, são necessárias mais algumas melhorias. Em particular, as Maurícias devem considerar em alterar a Constituição para incluir os direitos económicos, sociais e culturais (como o acesso à água, educação e saúde). Por isso, as Maurícias necessitam aumentar a protecção legal, alterar a Lei de Protecção à Criança para melhorar a protecção dos direitos das crianças, e esclarecer questões sobre o sistema de tutoria e a colocação de crianças com seus familiares.
- 2.1.7 Na separação de poderes, a Constituição 1968 não mudou muito, excepto para o estabelecimento de uma República em 1992. A Constituição enfatiza “igualdade de oportunidades” e não “acção afirmativa”. Secção 16 (subsecção 3) garante a protecção mauricana contra a discriminação com base na raça, casta, local de origem, opiniões políticas, cor, credo ou sexo. A Constituição subentende “separação de poderes”, mas não os menciona. É preciso ler as várias partes da Constituição, incluindo o modo de nomeação e remoção de juízes, para apreciá-lo.

- 2.1.8 Na prestação de contas, eficiência e eficácia dos funcionários públicos e dos funcionários civis, o Ministério da Função Pública e da Reforma Administrativa (MCSAR) controla o serviço público mauriciano "tradicional". Tem cerca de 50,000 empregados. O maior serviço público - que inclui o serviço público "tradicional", os governos locais e empresas estatais - tem cerca de 80.000 funcionários em vários graus. O serviço tem sido fiel à sua visão de "criação de um serviço público moderno e eficiente para garantir a boa governação e atingir a excelência na prestação de serviços públicos". Permanece politicamente neutro. Serviu fielmente nove governos e, desde 1968, e, tem desempenhado o seu papel de ajudar os governos eleitos a elaborar políticas e a implementá-las. O serviço civil também introduziu uma série de medidas para melhorar os serviços públicos; e estas incluem a introdução de gestão de qualidade e atendimento ao cliente, que define normas para a prestação de serviços, garantindo a Organização Internacional para Padronização de Certificação (ISO), o desenvolvimento de uma Carta dos Cidadãos e um Código de Ética, introduzindo o prémio anual de Excelência de Serviço Público, e a popularização do governo.
- 2.1.9 No combate à corrupção na política, as Maurícias tem lutado amplamente contra a corrupção, especialmente desde os anos 1990. Foram aprovadas leis apropriadas, como a Lei da Prevenção da Corrupção (POCA) de 2002, e estabeleceram instituições igualmente adequadas como a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC). No entanto, o POCA necessita ser alterada para criar um organismo que supervisione trabalho de investigação do ICAC e alargar a aplicabilidade da lei a todos (os particulares, os candidatos e conselheiros).
- 2.1.10 Em relação à promoção e protecção dos direitos das mulheres, as Maurícias tem progredido na protecção dos direitos das mulheres. Foi estabelecido um ministério para lidar com as questões das mulheres em 1982. O ministério passou por várias mudanças no nome e mandato. Foi finalmente chamado o Ministério dos Direitos das Mulheres, Desenvolvimento Infantil e Bem-Estar Familiar (MWRCDFW) em Julho de 2009. O ministério trabalha com outras instituições, como o Conselho Nacional de Mulheres (NCW) e do Conselho das Mulheres Empresárias Nacionais. O país também assinou várias convenções que promovem e protegem os direitos das mulheres. No entanto, as mulheres mauricianas ainda enfrentam desafios, particularmente a violência doméstica, apesar das leis existentes que visam proteger as mulheres.
- 2.1.11 Sobre a promoção e protecção dos direitos das crianças e dos jovens, as Maurícias aderiu à Convenção sobre os Direitos da Criança, a 26 de Julho de 1990. O país também estabeleceu um sistema legal e institucional para promover e proteger a criança mauricianas. Isso inclui a Lei do Provedor da Criança de 2003.
- 2.1.12 No entanto, nas Maurícias ainda tem existem uma série de problemas relacionados à criança. Eles incluem o casamento precoce, a exploração sexual de crianças, violência sexual, a prostituição infantil, uso de drogas e dependência, e em geral a delinquência juvenil. As Maurícias necessitam tomar uma série de medidas para proteger os direitos das crianças e dos jovens.
- 2.1.13 A Lei do Conselho da Terceira Idade de 1985 assegura a protecção das pessoas idosas através de um conselho. É um órgão que é da responsabilidade do Ministério da Segurança Social, Solidariedade Nacional e de Bem-estar de Idosos e Reforma de instituições. A Lei do Fundo Fiduciário para pessoas incapacitadas de 1988 protege as pessoas deficientes. Foi estabelecido um fundo de formação profissional para pessoas com deficiência. A lei de Formação e Emprego de Deficientes de 1996 inclui uma secção sobre anti discriminação. Agora é uma ofensa para os empregadores de discriminar pessoas com deficiência quando recrutar funcionários, quando determinarem ou atribuírem remunerações, salários ou pensões, ou de qualquer outra matéria relacionada com o emprego. Há aproximadamente 35.000 trabalhadores migrantes nas

Maurícias. A maioria deles trabalha na zona de processamento de exportação (ZPE). O Ministério do Trabalho, Relações Industriais e Emprego (MLIRE) (Divisão de Emprego, Unidade Migrante) cuida dos interesses desses trabalhadores. A Lei dos Direitos de Emprego de agosto de 2008 (que entrou em vigor em 2009), a Lei de Relações Laborais de 2008 e 30 regulamentos para cada sector são as leis trabalhistas que protegem esses trabalhadores e seus companheiros não-imigrantes.

- 2.1.14 Os Canossianos são outro grupo vulnerável. Grã-Bretanha administrou o arquipélago de Chagos como uma dependência das Maurícias entre 1810 e 1965. Grã-Bretanha suprimiu o arquipélago de Chagos em 1965 e formou o Território Britânico do Oceano Índico (BIOT), juntamente com outras ilhas sob a Seychelles. As Seychelles recuperaram as outras três ilhas que se formavam o (BIOT) quando se tornou independente em 1976. O governo da ilha Maurícia tem constantemente reclamado a soberania sobre o arquipélago de Chagos.

2.2 GOVERNAÇÃO ECONÓMICA E GESTÃO

- 2.2.1 As Maurícias são uma pequena ilha com poucos recursos naturais. É, portanto, fortemente depende de seus recursos humanos. Este activo muitíssimo importante ajudou as Maurícias a superar as suas desvantagens naturais e transformar seu povo em activos adicionais para o desenvolvimento económico do país. As Maurícias desenvolveram em uma economia diversificada. As suas taxas de crescimento anuais têm em média entre 5 e 6 por cento desde a independência. Com uma renda per capita de mais de USD6, 700 em 2009, as Maurícias tornaram-se um país de renda média elevada. A boa governação e gestão económica foram cruciais par o sucesso das Maurícias ao longo das últimas três décadas. Tem usado os seus recursos bem e os seus êxitos em matéria de desenvolvimento socioeconómico são óbvios.
- 2.2.2 O país enfrenta agora novos desafios que precisam da atenção do governo e outras partes interessadas, se o país deseja desfrutar ainda de mais sucesso. Eles incluem: (i) lidar com o ambiente económico global em mutação, que exige que abordem questões relativas a sustentar o padrão de crescimento e vulnerabilidade a choques externos; (ii) definição e concretização da Maurícia de amanhã, com base numa visão clara do seu futuro e da sua imagem, e que necessita ser convertido em estratégias operacionais coerentes e conducentes a uma muito necessária mudança estrutural; (iii) consolidar as conquistas económicas e seus efeitos sociais, enquanto repensa e explora novos caminhos para diversificar a economia e melhorar a integração económica nacional e regional; (iv) manter um elevado crescimento económico que se caracteriza pela igualdade social, geográfica e regional; (v) transformar desvantagens naturais através da construção de vantagens geográficas; e (vi) continuamente construir e mobilizar a capacidade necessária para as Maurícias de amanhã.
- 2.2.3 Em relação à assinatura e ratificação de normas e códigos sobre a Governação Económica e Gestão, as Maurícias tem cumprido e ratificado a maior parte dos acordos e convenções internacionais e regionais. No entanto, existem algumas excepções notáveis, como a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção. Por outro lado, as Maurícias ainda têm de ratificar uma série de convenções assinadas. Elas incluem a Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) MoU sobre Convergência Macroeconómica. Além do facto de que as Maurícias ainda não tenham ratificado, assinado ou cumprido algumas das normas e códigos económicos de governança e gestão, uma de suas falhas mais importantes é a sua fraca domesticação de convenções e acordos.
- 2.2.4 Na promoção de políticas macroeconómicas de apoio ao desenvolvimento sustentável, as Maurícias tem feito enormes esforços e realizações bem-sucedidas. Eles incluem, um crescimento

sustentado económico de uma média entre 5 e 6 por cento durante as últimas duas ou três décadas, e uma melhoria significativa das condições de vida do povo maurícias. O país é louvável por esta notável transição de um país pobre e "desesperado" - de segundo alguns comentadores - para, um país vibrante, de renda média alta em três décadas.

- 2.2.5 Com o fim do tratamento preferencial das exportações de açúcar e têxteis das Maurícias e seu fácil acesso ao mercado da Comunidade Europeia, que foram os dois principais motores do crescimento económico nacional, o país teve que repensar sua política de crescimento a fim de resolver sua crise estrutural e alguns desenvolvimentos desfavoráveis. Estes incluem a balança de pagamentos, termos de troca, os défices orçamentais recorrentes e a inflação. O governo escolheu uma tecnologia económica baseada no conhecimento, informação e comunicação (TIC) e externalização de processos empresariais (BPO) como suas novas forças motrizes, centradas regionalmente para se tornar numa ilha de núcleo regional e prestador mundial de serviços.
- 2.2.6 Nas Maurícias deveria ser analisada cuidadosamente a "muito boa" tendência do FDI. O crescimento orientado para a exportação em um mercado livre, que o pesado investimento estrangeiro suporta, pode ter consequências negativas porque é vulnerável e corre o risco de alocação de enormes recursos para salvar empresas orientadas para a exportação (EOEs). Pode ser melhor para concentrar-se na construção de uma economia integrada.
- 2.2.7 A questão da dívida merece atenção do governo e outras partes interessadas, devido às consequências da elevada dívida pública. É 65,8 por cento do produto interno bruto (PIB) e 30,3 por cento das receitas do governo. Dezassete por cento das despesas públicas vai para a redução da dívida. A estrutura da dívida é um elemento importante da dívida interna. Esta situação pode afectar negativamente a perspectiva do desenvolvimento e negócios.
- 2.2.8 A democratização económica é a pedra angular da filosofia de desenvolvimento das Maurícias. Alguns podem considerá-la como uma boa abordagem. No entanto, uma análise das conquistas desta filosofia levanta dúvidas sobre a sua eficácia. Não se pode obter uma compreensão clara das forças socioeconómicas que sustentam a democratização da economia, e o Programa de Empoderamento (EP) é, sem reconhecer a estrutura socioeconómica e política da sociedade Mauricana e a química entre a dinâmica das etnias, políticos e económicos que têm conduzido à abordagem "empresarial". Tendo em consideração o exposto, o Painel APR fez várias recomendações destinadas a preencher a lacuna no pensamento estratégico e planeamento e definição de mudanças estruturais que as Maurícias devem fazer para construir as Maurícias de amanhã. Estas recomendações incluem estratégias operacionais para garantir um crescimento económico elevado, sustentado e inclusivo; para abordar a sustentabilidade de uma abordagem de desenvolvimento empresarial; desenvolver instrumentos e modelos para previsões macroeconómicas, parâmetros de actualização regular e coeficientes básicos.
- 2.2.9 Ao implementar uma economia sólida, transparentes e previsíveis, o Presidente da República, apresentou ao Parlamento em 2004, o que reflecte o desejo de promover um novo modelo de democratização económica. Dada a crise económica, o governo decidiu acelerar a adopção das reformas e dar início a políticas relevantes no âmbito do programa plurianual de 2006-2010, particularmente em relação às finanças públicas e administração fiscal. O objetivo foi reduzir o défice orçamental e manter a dívida pública a um nível sustentável, e para assegurar uma gestão sólida e transparente. A reforma mais importante foi o de fornecer ao governo, relevantes ferramentas de programação e gestão do orçamento. Estes incluíram a Médio Prazo o Quadro de Despesas (MTEF) e orçamentação por programas (PBB), a fim de promover a eficiência e o desempenho da gestão orçamental.

- 2.2.10 Outro grande desafio para a governação económica é a gestão das empresas estatais. O governo considera que estas entidades continuam a desempenhar um papel regulador no mercado de trabalho e que contribuem para a salvaguarda da coesão social. No entanto, torna-se um problema numa economia totalmente liberal, onde o sector privado é o principal motor do crescimento sustentável. A dívida do sector público (de Rs 122,9 milhões) sempre irá criar riscos devido do peso da dívida das empresas paraestatais (Rs31.5 milhões).
- 2.2.11 Em relação à promoção da boa gestão financeira pública, o governo começou a reformar o quadro legal e institucional, com a finalidade de: (i) melhorar a eficiência e transparência nas finanças públicas; (ii) garantir que o PBB seja melhor coordenado a partir do momento em que as projecções macroeconómicas são feitas ao mesmo tempo que o orçamento é preparado; e (iii) coordenar a implementação deste enquadramento (MTEF) e do PBB. No entanto, as Maurícias ainda está a desenvolver essas ferramentas de forma isolada, e o governo deveria consolidar estas reformas para garantir que haja uma efectiva articulação e coerência global entre essas ferramentas.
- 2.2.12 Ainda existem lacunas consideráveis na aplicação das ferramentas de forma eficaz. Elas incluem diferenças na forma como as ferramentas foram dominadas, e o facto de que os ministérios sectoriais não terem mecanismos de acompanhamento. Além disso, o MTEF e seus relacionados orçamentos devem ser baseados em políticas económicas que reflectem os objectivos do Estado, tanto a nível macroeconómico como no sectorial, se quiserem ser eficientes e eficazes. Além disso, o orçamento do programa ainda é preparado sem considerar as estratégias sectoriais. Por conseguinte, não reflectem os custos do sector. A qualidade do MTEF e do PBB sofre de uma ausência de métodos de modelagem que ajudam a amarrar o orçamento para as projecções macroeconómicas.
- 2.2.13 As Maurícias começaram novas e mais rigorosas reformas em 2006. Estão especialmente focadas em aumentar as receitas e reduzir despesas extra-orçamentais e correntes. Centraram-se principalmente na: (i) administração fiscal e aduaneira; (ii) gestão de dívida; (iii) gestão de recursos públicos; (iv) contabilidade interna e operações de auditoria; (v) controle externo, que depende principalmente o Parlamento e do NAO; (vi) sector de contratos públicos; e (vii) descentralização. As debilidades institucionais e metodológicas reduzem a eficiência e eficácia destas reformas. A produtividade e a eficiência da despesa pública continuam a ser preocupações.
- 2.2.14 No que diz respeito ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro, não há dúvida de que há corrupção e lavagem de dinheiro nas Maurícias. No entanto, há diferentes as opiniões sobre o tamanho do problema e sobre como ele está desenvolvendo. Os estudos do Banco Mundial e da Transparência Internacional confirmam-no. O CRM, em várias ocasiões, tomou conhecimento de que a corrupção é um problema grave no país. A maioria das partes interessadas acreditam que a corrupção é particularmente prevalente entre os ministros, políticos e funcionários de alto nível civis, e que estão a infiltrar-se a níveis mais baixos. A percepção é generalizada de que os "mais poderosos" e as pessoas bem conectadas são imunes a acusações e processos. Além do Departamento de Alfândegas, a polícia e a Autoridade Nacional de Transportes, os interessados dizem que a corrupção é generalizada quando os contratos são concedidos no âmbito do orçamento de capital através de conluio entre funcionários do governo, prestadores de serviços e fornecedores. Há, portanto, necessidade de fortalecer esforços para convencer as principais partes interessadas e o público de que o governo é sério sobre o combate à corrupção e que ninguém é imune a acusações e processos.
- 2.2.15 Na promoção da integração regional, os volumes comerciais entre as Maurícias e tanto a SADC como o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (CO-MESA) são baixos, e o comércio está

concentrado em poucos países. A África do Sul, Madagáscar e Seicheles são, de longe os mais importantes parceiros comerciais das Maurícias em África. Consequentemente, um grande desafio para Maurícias é a forma de aumentar o comércio com os países africanos de uma forma equilibrada e diversificada. No entanto, as Maurícias estão muito comprometidas com a cooperação económica em África, tanto a nível regional como sub-regional. As Maurícias querem ser uma ponte entre a Ásia e a África. O país tem laços económicos, culturais e históricos com os países asiáticos, especialmente Índia e China.

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 2.3.1 As Maurícias ratificaram e adoptaram um número significativo de normas e códigos. Estes incluem a Convenção sobre a Idade Mínima, as Piores Formas de Trabalho Infantil, a Declaração sobre o Controlo do Tráfico Ilícito de Drogas e Abuso na África, e o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana. No entanto, um grande desafio para Maurícias está na implementação e no fazer cumprir essas normas e códigos, bem como as suas relacionadas leis, por causa de uma falta de capacidade a níveis mais baixos em apoiar decisões de nível superior. O país não implementou as recomendações dos relatórios do Banco Mundial sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC). Outro desafio, que recai no Comité Económico e Financeiro (FRC), é assegurar que os códigos de governança corporativa no país sejam efectivamente aplicados. Sua aplicação é, de momento, bastante descuidada.
- 2.3.2 As Maurícias dependem do comércio para o crescimento da sua economia. Por isso introduziram excelentes medidas para promover actividades económicas e empresariais. As suas políticas são ideais para negócios e no Inquérito feito às Empresas em 2008 pelo Banco Mundial as Maurícias foram classificadas como o melhor país da África subsariana na facilidade de fazer negócios. Consequentemente, as Maurícias conseguiram atrair um número significativo de FDI. A Lei de Facilitação de Negócios de 2006 do país é o quadro jurídico que fornece orientações claras para a criação de empresas que operam em Maurícias. O Conselho de Investimento (BOI) é o órgão responsável por promover e facilitar o investimento no país. Apesar abundante contexto do país, as empresas familiares dominam o mercado das Maurícias. Isto coloca desafios significativos à governança corporativa. Existem muitos casos, por exemplo, onde os gerentes seniores também são accionistas ou estão a elas relacionados.
- 2.3.3 A responsabilidade social empresarial (RSE) é importante no actual ambiente de negócios. As autoridades Mauricianas estão a tornar-se cada vez mais conscientes da importância da CSR e do efeito que poderia ter sobre seus esforços para fazer das Maurícias o destino principal de negócios na África. O governo está, portanto, a rever as suas leis para as tornar vigentes, para melhorar as práticas de CSR, e para realçar as preocupações ambientais e trabalhistas no país. No entanto, o CRM observou que não existe um quadro legal para regulamentar a CSR. Não há provisões adequadas para proteger o meio ambiente nas Maurícias. A Lei de Protecção do Ambiente (EPA) de 2008 fornece uma protecção ambiental adequada para o país. Contudo, não pode ser enfatizado o suficiente para que os sindicatos no país vejam a nova revisão dos códigos legais como favorável os empregadores e, portanto, hostil ao empregado. Eles também mencionam a Lei de Reunião Pública, um código que o governo supostamente usa para impedir os sindicatos de entrar em greve.
- 2.3.4 O governo das Maurícias merece elogios pelos seus esforços para promover códigos de boa ética empresarial para regular o sector corporativo. O governo aprovou o Código de Ética para Funcionários Público em 2000. Define as normas exigidas de funcionários públicos no exercício de suas funções. O código também apresenta os princípios e directrizes que visam incutir um alto padrão de bom comportamento no sector público. O país também possui um Código de Governo

das Sociedades que se aplica a grandes empresas privadas. De acordo com este código, as empresas mauricianas devem considerar e tratar de questões sobre as práticas éticas que são relevantes para seus ambientes e circunstâncias particulares. O CRM descobriu que as Maurícias têm os necessários códigos escritos, mas que aplicá-los na prática é um desafio. O APR recomenda que as autoridades mauricianas considerem a execução e implementação de códigos do país como prioridade para melhorar o clima de negócios num ambiente de negócios competitivo global onde os países estão competindo para o FDI.

- 2.3.5 A Lei de Empresas de 2001 protege os direitos dos accionistas nas Maurícias. A Lei estabelecida diz que cada empresa deve dar aos seus accionistas, a seu pedido, uma declaração que especifica a classe de acções que detêm na empresa. A Lei também determina as obrigações e responsabilidades dos accionistas, e prevê os direitos dos accionistas minoritários.
- 2.3.6 A Lei de Protecção ao Consumidor de 1991, a Lei da Concorrência Equitativa de 1979, a Lei de Controle de Preço de 1998 e a Lei de Locação-Venda e Credito de 1964 protege os consumidores nas Maurícias. O governo está actualmente a rever todos estes instrumentos. Apesar da protecção que as Leis dão aos accionistas e partes interessadas no país, as empresas ainda podem bloquear a transferência de acções, mediante notificação da recusa no prazo de 28 dias. O CRM também tomou conhecimento que as reuniões de accionistas podem ser executadas mesmo que tenha existido uma falha accidental em notificar um accionista. Finalmente, enquanto a Lei de Sociedades de 2001 protege os pequenos accionistas, o CRM tomou conhecimento que os pequenos accionistas não podem realmente influenciar as decisões que são feitas pelos conselhos de administração das empresas do sector privado. Isto torna difícil aos accionistas o defender seus direitos. As autoridades mauricianas devem considerar novas medidas para proteger os direitos dos accionistas, em particular as dos pequenos accionistas. A estrutura de governança corporativa das Maurícias deve tratar igualmente os accionistas minoritários e estrangeiros. Todos os accionistas devem ter os mesmos direitos de voto. As autoridades também devem considerar o estudo da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 para melhorar a governança das empresas públicas no país.
- 2.3.7 O Código de Governança Corporativa e da Lei das Empresas de lista de 2001, os papéis e responsabilidades dos conselhos de administração de empresas no país. No entanto, muitas empresas são de propriedade familiar e gerentes seniores são muitas vezes os membros do conselho. O CRM também tomou conhecimento que os administradores da maioria das empresas estatais do governo foram politicamente nomeados, em vez de profissionais nomeados pela sua competência. Isto, portanto, levanta dúvidas sobre a sua competência e objectividade. Os mesmos directores podem sentar-se em vários conselhos de empresas listadas. Esta concentração de participação no conselho em poucas mãos afecta sua independência e tomada de decisão. As autoridades mauricianas devem considerar fazer o Código de Governo das Empresas obrigatório ao invés de voluntário. A Comissão de Serviços Financeiros (FSC) disse ao CRM que o governo está a considerar fazê-lo. As autoridades também devem considerar a possibilidade de o recém-criado Instituto de Directores Mauricianos (Miod) com os recursos adequados para que este possa oferecer treino em governança corporativa para novos e actuais membros dos órgãos públicos e privados. Também devem considerar a limitação do número de conselhos em que uma pessoa possa tomar parte.
- 2.3.8 Em resumo, apesar dos desafios que as Maurícias enfrenta na consolidação da boa governança corporativa no país, os seus esforços até agora são louváveis, ainda que a governança corporativa seja um conceito relativamente novo no país. A governança corporativa é importante para os planos que as autoridades têm em atrair o FDI, com a finalidade de aumentar a economia nacional. É, portanto, uma das forças motrizes por trás dos esforços do governo para fazê-lo. Também são louváveis, as revisões das leis que apoiam este esforço e o clima de negócios. As

autoridades devem, portanto, considerar seriamente fazer cumprir as novas e actualizadas leis e códigos.

2.4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

- 2.4.1 As Maurícias têm alcançado um crescimento sustentado desde a independência. Isto permitiu ao país alcançar o estatuto de um país de renda média superior, desenvolver uma política social decisiva para erradicar a pobreza extrema, e construir um estado de bem-estar. Protege grupos sociais vulneráveis, e as pessoas têm livre acesso à saúde e à educação em todos os níveis (desde o pré-escolar ao ensino superior). Há um benefício básico de pensão para os idosos, pessoas deficientes, viúvas e órfãos. Há também programas de apoio à renda, transporte público gratuito e produtos de consumo subsidiados.
- 2.4.2 Além de acesso universal e gratuito aos serviços públicos e à protecção social universal, existe um regime de protecção social contributiva. Este cobre a aposentadoria, acidentes de trabalho e do desemprego desde Fevereiro de 2009.
- 2.4.3 Mauritius fez estas realizações possíveis por meio de sua firme vontade colectiva para superar as dificuldades inerentes a uma ilha que está longe dos centros de produção e consumo global, limitada na sua área territorial e população, e dotada de poucos recursos naturais.
- 2.4.4 O país tem gradualmente adquirido a capacidade humana e institucional. Isto permitiu-lhe desenvolver uma visão para planear o seu desenvolvimento económico e social, garantir a diversificação de sua base económica, promover a sua autonomia, e estabelecer uma economia resistente.
- 2.4.5 Maurícias está determinada a desenvolver através da mobilização de seus próprios recursos. Por isso, procurou e encontrou, o apoio internacional para lidar com os choques exógenos causados pela rescisão dos múltiplos acordos multifibra e o abandono das preferências comerciais para o açúcar.
- 2.4.6 A dívida pública relativamente elevada caracteriza a dominação das finanças domésticas das Maurícias e compromissos de curto prazo. O governo desenvolveu uma estratégia para gerir estas finanças internas. O governo baseou a sua estratégia para a reduzir rapidamente a seu volume total e reestrutura-lo, a fim de reduzir os riscos de curto prazo. O compromisso de serviço da dívida do país a financiamentos externos parece moderado, e as reservas de divisas oferecem uma segurança razoável. A gestão do orçamento recentemente introduzida baseia-se em regras que limitam as despesas correntes, e na execução dos programas e na realização de objectivos específicos num quadro trienal coordenadas pelo MOFEE.
- 2.4.7 O progresso das Maurícias na gestão do seu orçamento deve rigorosamente ser visto em termos de sua visão de longo prazo. Deve utilizar esta versão como a base para todos os planos económicos, sociais e outros sectores. Todos eles devem ter os mesmos prazos. Da mesma forma, deve ver-se o desenvolvimento de infra-estrutura dentro de uma estrutura de planeamento médio a longo prazo para o uso da terra e integrá-lo com uma visão de longo prazo e os planos económicos e sociais sectoriais mais amplos.
- 2.4.8 No que diz respeito à redução da pobreza, as Maurícias já não sofrem de extrema pobreza. No entanto, a pobreza relativa persiste. Além disso, as Maurícias não têm realmente reduzido o número de famílias pobres nos últimos 15 anos, apesar das várias formas de ajudas e subvenções. O estado de bem-estar tem beneficiado os pobres e os menos pobres, sem distinção, embora sua

eficácia não tenha sido comprovada. Obviamente, as Maurícias necessitam de uma política de ajuda e de apoio específico em áreas atingidas pela pobreza, tais como o reforço da política de educação gratuita, fornecendo almoço a todas as crianças de escolas com menos de 16 anos, e fornecendo materiais escolares a crianças da escola primária.

- 2.4.9 Protecção social contributiva cobre acidentes de trabalho, invalidez e aposentadoria. Maurícias estendeu essa protecção ao desemprego em Fevereiro de 2009. Os benefícios para a reforma e desemprego parecem ser pequenos. Benefícios de reforma compõem um terço da renda média após 40 anos de contribuição à taxa de 9 por cento, e metade da renda média para as contribuições de 13,5 por cento. As prestações de desemprego são apenas pagas por um máximo de um ano. As taxas são de 90 por cento do salário para o primeiro trimestre, 60 por cento para o segundo trimestre e 30 por cento para os restantes dois trimestres. Maurícias necessita urgentemente de rever a protecção social para garantir uma melhor cobertura. Deve apresentar, para discussão, todos os cenários possíveis para as contribuições, benefícios e sustentabilidade às partes interessadas.
- 2.4.10 Os dados estatísticos indicam alguma estabilidade na distribuição de renda nos últimos 20 anos. No entanto, o índice de concentração de Gini mostra que se deteriorou durante os últimos cinco anos. O índice de concentração de Gini mostra um aumento de 0,371 para 0,388. A parcela da receita paga aos mais ricos 20 por cento das pessoas aumentou de 44 por cento para 45,6 por cento. A parcela da receita paga aos mais pobres 20 por cento, desceu de 6,4 por cento para 6,1 por cento. A percentagem de agregados familiares com um rendimento igual a metade da renda média aumentou de 13,1 para 14. Dois órgãos implementam a política salarial. O Conselho Nacional de Salário (NPC, ou o Fórum Nacional de Tripartido, que inclui representantes de sindicatos, empregadores e governo) lida com remuneração anual, enquanto o Bureau Investigações de Pagamentos (PRB) lida com os aumentos que deveriam ser concedidos a cada cinco anos no sector público. Os crescimentos anuais foram geralmente baixos ao longo dos últimos oito anos. Só compensaram, em parte, a inflação, embora os crescimentos de cinco anos anteriores (aqueles de 2003 e 2008) tenham sido muito altos. O índice de taxa de salário aumentou 109,7 para 128,2 em todos os sectores entre o segundo e terceiro trimestres de 2008. Aumentou de 103,3 para 136,2 no serviço público. Apesar destes crescimentos, as Maurícias têm mantido o poder de compra dos salários. Os ganhos de produtividade não parecem ter beneficiado os funcionários, devido à alta inflação. Maurícias precisa de uma outra política salarial que seja menos errática. Ele também precisa rever os salários anualmente para proteger a economia mauricianana de choques macroeconómicos e evitar frustrações salariais. O diálogo social e um novo modelo social - que considera a competitividade, a segurança dos funcionários e o seu direito a um trabalho decente - será a chave para o bem-estar geral, a paz social e a integração bem-sucedida das Maurícias com a economia mundial.
- 2.4.11 No que diz respeito à educação, as taxas de matrícula em todos os ciclos (do pré-escolar ao ensino superior) são elevadas e impressionantes para um país em desenvolvimento como Maurícias. A educação é gratuita e obrigatória até a idade de 16. De todos os desafios enfrentados pelo país, três parecem ser particularmente importantes. O primeiro é os milhares de desistências escolares no final do exame para o certificado de ensino primário. O segundo é de aulas extras que excluem as crianças estudantes provenientes de famílias de renda baixa e média, porque eles não podem pagar as propinas. Estas aulas particulares estão a capturar o interesse de muitos professores à custa da educação escolar pública. O terceiro desafio é no ensino superior, cuja qualidade e recursos são obviamente insuficientes. Um número cada vez maior de mauricianos prossegue os seus estudos no estrangeiro. O seu número excede os 10.000. Uma proporção muito baixa retorna ao país, criando uma fuga de cérebros no país.

- 2.4.12 O acesso aos cuidados de saúde é universal e gratuito nas instituições públicas de saúde. Em geral, têm equipamentos e pessoal adequado. Maurícias tem feito progressos notáveis em todos os níveis do sector da saúde. As taxas de mortalidade materna e infantil do país estão entre as mais baixas do mundo em desenvolvimento. No entanto, a situação no que respeita ao vírus da imunodeficiência humana (HIV) e a síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA) é uma excepção. O número de casos detectados a cada ano (mais de 500) não está em declínio, apesar da política agressiva que o país desenvolveu para combater este flagelo. Por outro lado, a procura crescente confronta as instituições de saúde pública e estão visivelmente congestionadas. Mauricianos estão a afastar-se cada vez da saúde pública. De acordo com o último Relatório Mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS), os gastos de saúde privado nas Maurícias é de 51,1 por cento do total das despesas de saúde. Na verdade, o gasto com saúde pública nas Maurícias é muito moderado. Faz apenas 1,9 por cento do PIB do país. Em contraste, é quase o dobro do que o de outros países de rendimento médio superior. O Orçamento do Governo apoia este encargo. Não há contribuições para cobrir os riscos de doença no sistema de protecção social das Maurícias. Maurícias precisa mobilizar significativamente mais recursos para garantir que a saúde pública seja sustentável.
- 2.4.13 A política social da Maurícia, a sua sustentabilidade e sua capacidade de erradicar a pobreza, satisfaz as necessidades básicas dos serviços de educação e de saúde. Protegem as pessoas contra a doença, desemprego e velhice. No entanto, Maurícias precisa reflectir sobre todo o seu sistema social, que foi erguido ao acumular benefícios. As fontes de ineficiência são numerosas e existem muitos desafios cruciais. No entanto, os problemas que ainda não estão cruciais. Este é o momento mais adequado para abordar, discutir e resolvê-los.
- 2.4.14 O estado está muito envolvido no fornecimento de água potável, saneamento básico, energia, ICT, habitação e terra. As empresas públicas distribuem a maioria destes serviços e fornece-os a custos acessíveis. As taxas de acesso são bastante elevadas. Acesso às telecomunicações e à Internet é o mais alto na África. No que diz respeito ao acesso à habitação, cerca de 90 por cento das casas são de propriedade privada. O estado introduziu formas diferentes de fornecer terrenos e casas a preços acessíveis, ou mesmo gratuitamente, a famílias pobres. O estado também fez provisões para linhas de crédito habitacional e subsídios para famílias de baixa renda. O estado concede subsídios a todos, sem fazer distinção. Isso cria um problema, porque não há um monitoramento das empresas responsáveis pelos serviços públicos. Maurícias, neste aspecto, necessita de uma política direccionada. Também necessita introduzir incentivos para aumentar o acesso às novas ICT e computadores pessoais.
- 2.4.15 O estado tem feito muito para garantir a igualdade de género. Reforçou o quadro institucional e legal para promover os direitos das mulheres e alcançar a igualdade de género. Assinou ou ratificou todos os códigos e normas internacionais em matéria de igualdade de género e seus protocolos assinaram. Alterou a Constituição em 1995 para declarar a discriminação sexual ilegal, e aprovou uma legislação nacional para aumentar a protecção das mulheres em diversas áreas. Estabeleceu uma série de instituições para promover a igualdade de género. Elas incluem o MWRCDFW e o NWC.
- 2.4.16 A situação das mulheres mauricianas é contraditória quando se trata de acesso a diferentes serviços ou níveis de responsabilidade. No que diz respeito à educação, a taxa de escolarização para as meninas é igual ou maior do que a dos meninos e as meninas têm uma taxa significativamente maior de sucesso. No que diz respeito à saúde, há uma boa cobertura para a saúde materna e infantil.

- 2.4.17 Há desigualdades de género em vários níveis no sector económico - como acesso ao trabalho e aos cargos de responsabilidade. Salários e rendimentos de trabalho equivalente, também são desiguais. Há também as desigualdades na política. Estes são: (i) as mulheres têm uma taxa muito baixa de participação nas eleições gerais (apenas 8,8 por cento das mulheres são candidatas); (ii) apenas 12 dos 70 deputados (17.1 por cento) e só 6.4 por cento de conselheiros municipais são mulheres; (iii) não há mulheres que sejam membros da alta Directoria de organizações sindicais a nível nacional; e (iv) só duas de 20 ministros são mulheres. Finalmente, a violência contra as mulheres é galopante, apesar das leis que tornam a violência doméstica um crime. A perseguição sexual também persiste, especialmente no local de trabalho.
- 2.4.18 Maurícias deve continuar a melhorar as suas políticas, se espera fazer progressos na consecução da igualdade de género. Isso significa que deve cumprir o compromisso dos membros da SADC (incluindo Mauricianos) à quota de 30 por cento das mulheres nas diferentes estruturas de poder (governo, parlamento e os partidos políticos). Deve fornecer mais recursos ao ministério responsável pelos direitos e organizações de mulheres. Deve destacar a dimensão do género em todas as áreas e em todas as estatísticas. Política, trabalho e organizações associadas devem assumir a liderança na implementação da quota de 30 por cento e integrar a dimensão do género nas suas actividades.
- 2.4.19 O governo envolve todas as partes interessadas no desenvolvimento de políticas e na forma de promover a participação no desenvolvimento a todos os níveis. O governo consulta o NESC principalmente nas discussões de pré-orçamento. Os ministérios mais importantes, os sindicatos e os empregadores, a Assembleia Regional Rodrigues e organizações da sociedade civil para a juventude, as mulheres e os idosos estão representados no NESC. Desempenha um papel importante e reconhece a promoção do diálogo e de consenso nacional sobre as principais questões socioeconómicas e programas de desenvolvimento. O governo consulta organizações da sociedade civil sobre o desenvolvimento e a implementação de vários planos e programas nacionais. No entanto, não estão estruturados, têm poucos recursos e não têm capacidade para fazer propostas. Em contraste, o sector privado é bem organizado e estruturado e tem uma forte capacidade intelectual. O JEC e a Câmara de Comércio e Indústria das Maurícias (MCCI) são corpos representativos de empregadores. São parceiros privilegiados do governo e do Parlamento. Participam de consultas relacionadas com o trabalho e, muitas vezes tomam a iniciativa em questões importantes. Confederações de Organizações Sindicais também são participantes nas principais consultas. Também tomam parte no NESC e muitos outros organismos. Algumas Organizações sindicais das maurícias acreditam que as reformas sociais dos últimos anos têm sido mais favoráveis aos empregadores do que para os empregados. As críticas acerca disto, são as medidas que o governo recentemente introduziu à legislação. Estes reduziram o aviso de despedimento de três meses para um mês, restringindo o direito à greve e demonstração, bem como as sanções impostas a alguns líderes sindicais para exercerem o seu direito de manifestação pacífica. Também existem críticas sobre a recusa do governo em falar com representantes sindicais. Não tem uma reunião com o primeiro-ministro há um ano e meio. O ministro das finanças e empoderamento económico, aparentemente também se recusou a responder aos e-mails que os representantes sindicais lhe enviaram. O resultado de tudo isto é que o poder de compra dos funcionários se deteriorou. Os empregadores e funcionários do governo são altamente críticos aos sindicatos. Eles vêem os sindicatos como adversários que estão seriamente fora de contacto com as exigências da mudança dos tempos - competitividade e globalização. Os pontos fracos no diálogo são bastante reais, e as Maurícias não tem alternativa senão a de estabelecer uma parceria frutuosa com as partes interessadas centrais - os sindicatos, os empregadores e o governo.

3. QUESTÕES TRANSVERSAIS

As seguintes questões transversais que emergem do relatório:

- **Ilha Rodrigues:** Uma série de cruciais organismos governamentais estão em falta em Rodrigues, mais notadamente a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) e da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Por exemplo, há apenas um juiz em Rodrigues, o que significa que existem numerosos processos pendentes, bem como um caso de atraso. Além disso, as disposições constitucionais sobre a autonomia de Rodrigues devem ser respeitadas. Rodrigues também é atormentado por altas taxas de desemprego e baixa incidência de educação.
- **Corrupção:** Apesar da boa imagem que Maurícias goza a nível internacional como um dos países menos corruptos de África, existe um amplo consenso a nível nacional que a corrupção continua a afectar um número fundamental de instituições democráticas. Não é a persistência da corrupção na Força Policial da Maurícias (MPF), o Departamento da Autoridade Aduaneira de Receitas da Maurícias (MRA), e a Autoridade Nacional de Transportes.
- **Gestão de Diversidade:** Diversidade cultural, étnica, racial e religiosa é uma característica da ilha Maurícia. Quando gerida de forma eficaz, a diversidade enriquece o tecido social de um país e do património através da coexistência pacífica e vibrante dos diferentes povos.
- **Pobreza:** Num esforço para combater a pobreza relativa, Maurícias desenvolveu um Índice de desenvolvimento relativo (RDI) de cada área administrativa usando dados do Censo de levantamento mais recente habitação e populacional do ano de 2000. O RDI mede o desenvolvimento relativo dos bairros municipais e concelhos de aldeia.

4. BOA E MELHOR PRÁTICAS

A seguir estão as seis Boas e Melhores Práticas identificadas no relatório:

- **Prémio de Excelência em Funcionalismo Público:** Este Prémio foi apresentado pelo Ministério da Função Pública e da Reforma Administrativa em 2006, no qual as organizações públicas aspiraram em participar. Ele contribuiu com êxito para promover o espírito de inovação, melhoria contínua e excelência dentro da Função Pública.
- **A função e o poder do provedor de justiça para as crianças:** A Lei do Provedor de Justiça da Criança de 2003 estabeleceu a posição de provedor de justiça para crianças em 2003. O provedor de justiça representa e defende todas as crianças mauricianas nas Maurícias, Rodrigues e Agalega, e mesmo aqueles que estão no exterior. Ele / ela também representa e defende as crianças estrangeiras em território mauriciano.
- **A Unidade Migrante do Ministério do Trabalho, Relações Industriais e Emprego (MLIRE):** A Unidade Migrante do MLIRE tem poderosas funções de supervisão regulamentar destinadas a proteger os direitos dos trabalhadores. A unidade inspecciona os locais de trabalho dos trabalhadores migrantes para verificar se os empregadores cumprem com as leis locais.
- **O tratamento de idosos nas Maurícias:** Desde Setembro de 2005, que há transporte gratuito para os idosos, os deficientes e os alunos. Os idosos não pagam imposto de aeroporto. Além disso,

visitas domiciliare médicas para aqueles que tem 90 anos e mais velhos estão garantidas. O Ministério da Segurança Social, Solidariedade Nacional e Bem-estar de Idosos e Reforma de Instituições mantém os idosos, que não podem pagar a habitação, em lares de idosos.

- **Financiamento do défice orçamental nas Maurícias:** Maurícias é um dos poucos países africanos que conseguiram, desde 2004, no relacionado a tornar défice de financiamento orçamental do instrumento que regula o mercado de dinheiro. O governo agora cobre seu financiamento através de demanda no mercado de dinheiro ao emitir obrigações e títulos de tesouro e investir em instrumentos remunerados.
- **Parcerias Público-Privadas:** Maurícias é um país com parcerias eficazes e eficientes do sector público e privado. O sucesso económico do país flui destas excelentes parcerias e é liderado pelo sector privado.

5. CONCLUSÃO

O país em geral, e as autoridades em particular, são responsáveis pela construção dos activos do país e a superar os obstáculos à governação e ao desenvolvimento socioeconómico. Esta é uma ambição legítima e realista, e o país deve mobilizar todas as partes interessadas para alcançá-la. Maurícias precisa de uma forte vontade política para enfrentar os desafios e constrangimentos e construir sobre os pontos fortes do país através de uma abordagem consensual para as negociações que envolvem todas as partes interessadas da sociedade mauricana - o governo, os partidos políticos, o sector privado, sindicatos e organizações da sociedade civil. Esta será a base para a construção de um forte e emergente Maurícias de amanhã.

As apostas e desafios enfrentados hoje em dia nas Maurícias chamam para um acordo firme sobre o seu objectivo mais essencial. Isso é para lançar as bases de uma economia moderna e sólida, bem como um Maurícia consciente e responsável e da cidadania Africano.